



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de assinatura de contrato do Corredor para Veículos Leves sobre Pneus (Pró-Transporte-PAC Copa 2014), de contratos do Programa Minha Casa, Minha Vida e de lançamento do edital para duplicação e recuperação da BR-101/BA

Salvador-BA, 26 de agosto de 2010

Bem, primeiro... eu, talvez... como não posso fazer nenhuma pressão para ser reindicado a alguma coisa, eu vou falar menos que os meus ministros, vou falar menos que... vou falar menos que o Hereda. E eu queria... Vocês vejam que a nossa Eva, ela começou com a desculpa de que era a primeira vez que ela ia falar na minha frente, falou como se fosse a “mulher da cobra”, quase não para mais. O Marcio, quando deixar o governo, vai montar um programa de auditório. Olhem... É bom falar com bala Walda na boca. Estou sentindo um clima...

Eu quero, primeiro, dizer para vocês da minha alegria de mais uma vez poder estar em Salvador para cumprir uma missão eminentemente institucional, e quando terminar essa missão institucional eu vou cumprir uma missão eminentemente política.

Nós não pudemos ir, eu e o Temporão, a Feira de Santana inaugurar o Hospital da Criança, porque chegamos a subir no helicóptero e no meio do caminho nós voltamos porque não tinha teto, muita nuvem, e nós resolvemos não correr o risco, até porque o mês de agosto é o mês não apenas de cachorro louco, mas é o mês de acidente de avião, sabiam? Historicamente, no mundo inteiro, o mês em que mais acontece acidente de avião é o mês de agosto. Eu lembrei que estava para terminar o mês e tinha uma nuvem muito feia na frente, eu falei: para que correr risco? Vamos voltar.

Mas, de qualquer forma, de qualquer forma, na semana que vem o



Temporão volta lá para visitar o hospital. É um hospital construído em parceria entre o governo do estado e o governo federal. Certamente, a Eva vai dizer para vocês que tem mais dinheiro do governo estadual do que do federal. Aí eu fui ver, tem mais do federal do que do estadual. Mas o que é importante é que talvez seja o maior hospital do Brasil, ou senão o maior hospital de criança do Nordeste brasileiro, que vai atender a uma boa parte das cidades vizinhas de Feira de Santana. É uma coisa extremamente importante porque...

A única frustração que eu tenho no governo foi na noite que, por mesquinhez, nós perdemos a CPMF. Eu não conheço nenhum empresário que ficou 1% mais rico porque deixou de pagar a CPMF. Entretanto, a perversidade daqueles políticos que votaram contra era de tal magnitude, que eles tiraram R\$ 40 bilhões por ano da saúde brasileira. Tiraram achando que iam me prejudicar, numa atitude de ignorância sem precedentes “porque o Lula tem plano médico”. E se não tivesse, por ser presidente, todo mundo me trataria bem. Prejudicaram a parte pobre da população, que precisava do PAC da Saúde, porque tinham sido aprovados R\$ 24 bilhões no PAC da Saúde, além do dinheiro da saúde, só para a gente cuidar do povo brasileiro melhor. E eles, sem nenhum sentimento, votaram contra achando que aquilo iria me prejudicar. Temporão sabe que no dia do lançamento do PAC da Saúde, o então ex-ministro da Saúde Adib Jatene fez um discurso que muita gente chorou lá no plenário do Palácio do Planalto. E quando a gente achava que todo mundo ia votar, eis que os nossos adversários resolveram votar contra.

Eu, às vezes, João Henrique, fico triste porque não houve a pressão de prefeitos que deveria ter havido, porque eu sei que todos os prefeitos estão “comendo o pão que o diabo amassou” para tratar da saúde, eu sei que muitos prefeitos gostariam de fazer mais e não têm dinheiro para fazer mais. Eu imaginava que fosse haver mais pressão de deputados ou no Senado. É tão próximo o Senado da Câmara, é só atravessar de um tapete amarelo para um tapete azul. Não tinha um deputado lá, que tinha votado favorável, fazendo



pressão em cima dos senadores.

Então, eu tenho essa frustração. Mas eu estou feliz. Por que eu estou feliz? Porque nós estamos criando uma geração, uma geração de gente que redescobriu o planejamento e a capacidade de execução que os estados, a União e os municípios têm que ter. Porque a verdade é que houve um tempo em que as pessoas não faziam projeto porque não tinham dinheiro. A União não emprestava dinheiro porque também não tinha dinheiro. E houve um tempo que mesmo aqueles que tinham projeto não conseguiam ter financiamento porque a União tinha que fazer superávit para pagar as suas contas no final do ano e tinha que obedecer a determinados rituais impostos ao Brasil pelo FMI. Bom, tudo isso acabou.

Vocês se lembram de que eu tinha medo do segundo mandato. Uma das razões pelas quais eu não queria concorrer ao segundo mandato é que eu tinha medo da mesmice. A mesmice, Juca, é que nunca vai um ministro na minha sala para me dar uma boa notícia. A boa notícia eles comemoram sem me chamar. Eles só vão na minha sala para dizer: “Está faltando dinheiro, está contingenciando, está faltando isso, o Paulo Bernardo é isso, o Guido é aquilo, vai falir o Ministério”. Então eu fiquei pensando: eu vou ficar em um segundo mandato para ver a mesma coisa?

Quando nós tivemos a feliz ideia, e essas coisas me fazem acreditar que eu tenho sorte e um pouco de fé, é que nós pensamos em construir um projeto para os quatro anos seguintes. E aí construímos o PAC. Construímos o PAC da Agricultura Familiar, construímos o PAC da Ciência e Tecnologia, construímos o PAC da Embrapa, criamos o PPI para poder facilitar determinadas obras que fossem prioridade do governo, porque se a gente não tivesse isso, a prioridade de um ministro dos Transportes não é com o Brasil, é com a sua região. Se a gente deixa a coisa solta, entre fazer uma estrada na cidade do Lula e fazer na dele, ele vai fazer na dele; entre fazer no meu estado e no dele, ele vai fazer no dele. Era quase uma opção preferencial do ministro,



não era uma necessidade da nação, não era pensado estrategicamente o país. Era pensada estrategicamente a próxima candidatura de quem era ministro dos Transportes.

Eu aprendi uma lição, querido Juca, eu aprendi uma lição quando você lançou o programa Mais Cultura e quando a gente lançou o programa da Ciência e Tecnologia, que foram os dois primeiros programas que não foi o ministro que fez, mas que foi a comunidade da Cultura que ajudou a elaborar o Programa, e que foi a comunidade científica que fez o Programa. E aí, era uma coisa importante, porque não era a política de Cultura do Juca, ou não era a política de Ciência e Tecnologia do Ministério, porque a política feita por um ministro, ela vai embora quando o ministro sai do cargo. Embora o outro que chega... Todo discurso é assim. Aqui na Bahia também já deve ser assim, quando sai um secretário, o outro fala: “Eu vou dar continuidade”. Se fosse para dar continuidade, o outro não tinha saído. Ninguém sai porque é bom, às vezes. Às vezes o cara sai para ser candidato a uma coisa mais importante. Mas, se o programa não é do governo, qualquer... e é do ministro, o que acontece é que quando o ministro vai embora, o programa acaba e alguém começa novamente com as suas teses e com as suas ideias, e a gente vai fazendo aquele picado de obras, que elas param quando muda de governo, param quando muda de prefeito, param quando muda de ministro, param quando muda de governador. Isso acabou, com o PAC, isso acabou. Nós nos debruçamos em cima do mapa do Brasil, olhamos quais são as melhores oportunidades de integração, chamamos os governadores para discutir com eles as prioridades de cada estado, chamamos os prefeitos para discutir com eles as prioridades de cada cidade, e a partir daí nós construímos o processo de integração que culmina com, possivelmente, o maior momento de obra já vivido pelo nosso país, o maior momento de obra já vivido pelo nosso país.

Então, vejam o que está acontecendo hoje. O Brasil... nós estamos entre essa... essa Ferrovia Oeste-Leste, a Ferrovia Norte-Sul, a Transnordestina, a



rodovia lá do Araguaia a Rondonópolis, ou seja, nós estamos com quase seis mil quilômetros de ferrovia em andamento neste país, quase seis mil. Nós vamos terminar, até Anápolis... Só para vocês terem ideia de como este país esteve estagnado durante 20 anos. Se você pegar o presidente Sarney, que foi o presidente que começou a fazer a Ferrovia Norte-Sul, e você pegar depois dele o Collor; depois dele o Itamar, e depois dele o Fernando Henrique Cardoso, todos eles juntos, em 17 anos, fizeram 215 quilômetros da Ferrovia Norte-Sul. Nós, em oito anos, estamos fazendo 1.315 quilômetros da Ferrovia Norte-Sul e já vamos fazer licitação de Anápolis até Estrela d'Oeste, em São Paulo, para ligar com o Porto de Santos. Então, nós vamos ligar o Porto de Itaquí, no Maranhão, ao Porto de Santos, lá em São Paulo, e vamos ligar o Porto de Ilhéus à Ferrovia Norte-Sul em um futuro bem próximo. Aí nós precisamos vencer obstáculos. Da mesma forma que nós estamos fazendo 1.780 km de ferrovia, pegando Eliseu Martins, no Piauí, Suape e Pecém, e fazendo a Ferrovia Transnordestina, que se vocês puderem passar lá passem, que vocês vão ver praticamente 9 mil pessoas trabalhando, ao longo desses três estados.

Há muitos anos que o Brasil não via isso. O último momento de investimentos em infraestrutura foi nos anos [19]75, com dinheiro emprestado, que depois tornou-se a dívida externa impagável que fez a gente sofrer duas décadas. Nós estamos fazendo tudo isso sem tomar dinheiro emprestado, com dinheiro nosso, com financiamento nosso, dos nossos bancos. Essa é a grande novidade.

O país, então, está criando uma geração de pessoas que está aprendendo a fazer projetos, que está aprendendo a gerenciar. A geração anterior à nossa era a geração do “não”, era a geração do “não”. Quem foi de governo aqui sabe que a gente criava lei e criava órgão e não colocava funcionário. E tem gente que fala: “Ah, mas o Lula está gastando muito em custeio, muito em custeio”. Por quê? Porque se você quiser melhorar a



educação, você tem que contratar professores; se você quiser melhorar a saúde, tem que contratar médicos, enfermeiros, fazer hospitais; se você quiser... Qualquer coisa que você quiser fazer, você tem que melhorar o atendimento para as pessoas, que é o objetivo final.

Então, essa geração, nós, acho que deixaremos um legado importante para o Brasil. Eu, por exemplo, não recebi nem mil megawatts de herança inventariada pelo governo anterior. Nós vamos deixar o equivalente a 32 mil megawatts inventariados. Porque naquele tempo, se os índios cismassem de não deixar entrar ninguém lá dentro para fazer um estudo de viabilidade, não entrava. Hoje nós assinamos o consórcio de Belo Monte. Belo Monte, havia 30 anos – não eram 30 dias –, havia 30 anos que se pensava Belo Monte. Eu mesmo disse hoje que eu fui várias vezes a Belém fazer discurso contra Belo Monte, sem saber nem o que era Belo Monte. Mas se era para ser contra, eu sou contra. Até que eu me inteirei de Belo Monte, da importância dela para o país, da importância para o Pará, do que significa o potencial hídrico do país na produção de energia limpa. E hoje, depois de 20 anos que tinha sido proibido fazer o projeto, nós, se Deus quiser, começaremos a construir logo a terceira maior hidrelétrica, a quarta, talvez, do mundo, com potencial de 11 mil megawatts, pensada ambientalmente correta. Diminuímos o lago em praticamente 60%, tem 5 bilhões na obra que são para fazer reparação ambiental, política social, cuidar dos índios, cuidar dos pequenos produtores. Também não vamos mais fazer hidrelétrica como se fazia antigamente, que era escorraçar os pequenos, prometia-se coisas e não se cumpria aquilo e as pessoas ficavam abandonadas. Acabou isso, acabou isso. Isso é trabalhado junto com o projeto, e as empresas sabem disso.

E depois, também, uma coisa que nós aprendemos é definir prioridade. Um tempo desses, nós fizemos uma reunião com todo o Ministério, de infraestrutura, e o cidadão coloca em uma mesa, para discutir com o Presidente, uma obra de 4 mil megawatts junto com obra de 30 megawatts.



Ora, a de 30 megawatts, seja resolvida pelo Padilha. Para ir à mesa do Presidente, leva as coisas que realmente têm importância.

Eu, Prefeito, estou dizendo isso para dizer uma coisa, Prefeito. Eu vim aqui, 40 dias atrás, na inauguração deste palácio. Aí depois, nós descemos as escadas aqui e fomos a um ato, que eu não sei que diabo de ato era aquele, porque eu saí sem entender o que a gente estava fazendo ali. Mas o que eu sei é que tinha um protesto, tinha um protesto. E aí eu me inteirei do protesto, era faixa... a gente não consegue ler os cartazes todos que... O pessoal faz com letra miúda e o pessoal fica mostrando para a gente. Se quer divulgar, tem que mostrar para a imprensa. Eles ficam de costas para a imprensa, mostrando para mim as faixas. Não, virem para a imprensa e mostrem, para eles fotografarem. Mas eu fiquei sabendo que era um problema da orla. Nós temos um problema constitucional, que é proibido as pessoas construírem em terras da União na praia. Então, o Ministério Público entrou com um processo para desocupar a praia, reurbanizar a praia e tentar fazer uma coisa organizada. Isso já está rolando há quatro anos, não são quatro dias. Hoje eu cheguei aqui, outra vez esse problema se apresentou. Eu queria, Prefeito, dizer o seguinte, olhe... eu digo sempre o seguinte: eu não sou de deixar nem companheiro e nem amigo na beira da estrada, e muito menos eu sou, e muito menos eu sou de ficar torcendo: Ah, isso é problema do prefeito, é problema do governador, que é meu adversário, é problema do cara que eu não gosto, então deixa ele se lascar. Não.

Eu queria dizer, Padilha, esse é um compromisso que eu vou assumir. Eu já conversei com o Paulo Bernardo. Nós precisamos fazer, no caso da orla, dessas 350 barracas, que envolvem mil e poucas famílias, colocar em prática a forma toyotista de fazer as coisas. É preciso colocar em torno de uma mesa, convocar, em Brasília... Eu sei que tem uma reunião marcada para o dia 8 de setembro aqui, mas o meu medo é que comece uma reunião para marcar outra reunião. Então, é preciso estar presente o Paulo Bernardo, é preciso estar



presente quem vai decidir, é preciso chamar o Prefeito, é preciso chamar a Advocacia-Geral da União, é preciso chamar a Secretaria de Patrimônio, colocar todo mundo em volta de uma mesa, mapear o problema e mapear uma solução, para a gente dizer para essas pessoas “Olhe, ou a gente vai fazer de verdade, ou a gente logo desengana e diz que não vai fazer”, porque não tem nada pior do que ficar mentindo para as pessoas: “Eu faço, eu não faço; eu faço, eu não faço; eu faço, eu não faço”. A verdade, a verdade é dura, mas ela tem que ser contada. Ela tem que ser contada para mim, para o Prefeito, para o Ministro da Fazenda, que às vezes acha que ajudar 500 pessoas é muito caro. É assim a nossa vida.

Então, Prefeito, eu estou assumindo um compromisso aqui, de que vou ajudar a cidade de Salvador, tentando resolver esse problema dos pequenos coitados que, muitas vezes, parece que atrapalham, mas é melhor eles estarem ali do que estarem com um revólver, numa esquina, assaltando uma pessoa. Então é melhor cuidar disso. Então, eu estou assumindo aqui um compromisso público com o Prefeito de que nós vamos cuidar disso. Vou conversar com o Governador daqui a pouco e nós vamos tentar encontrar uma solução definitiva para isso. Obviamente, obviamente que eu sei que tem até gente que precisa de ajuda financeira, tem até gente que precisa, sobretudo os menores, mas não é possível pensar nisso agora porque nós estamos em época eleitoral e qualquer coisa que a gente fizer é motivo de processo, um monte de coisas. Então, vamos, vamos deixar passar esses 30 dias, mas nós vamos encontrar uma solução antes desses 30 dias, porque é preciso dizer: pode ou não pode; vamos fazer assim, assim; vai atender 100%, vai atender... é 80%, é 80%. É muito melhor juntar todo mundo e dizer a verdade do que a gente ficar “Não, amanhã eu vou fazer, depois eu faço”, e, nessa brincadeira, termina um mandato, dois mandatos, e a gente não consegue resolver esse problema.

Como eu vou deixar a Presidência e quero vir passar muitos dias



passeando na orla de Salvador, eu não quero ser admoestado por um companheiro da barraca ali. Na hora em que eu pedir uma geladinha, ele fala: “Para você eu não dou, porra, você não resolveu”. Não, eu quero [ouvir ele] falar: “Presidente, companheiro Presidente, eu vou lhe dar uma cervejinha gelada”. E se vacilar, eu não vou nem cobrar [pagar]. Quem sabe, quem sabe. Então, eu vou...

Bem, por último, por último... O copo é patrimônio do Estado? Bota na conta do ministro Paulo Sérgio. Bem, por último, companheiros, dizer para vocês que a minha alegria... Eu não vou falar dos projetos da Caixa, que já foram falados aqui, apenas dizer para vocês o seguinte: todo mundo que é provocado, todo mundo que é cobrado e todo mundo que tem oportunidade faz as coisas.

Quando nós lançamos o programa Minha Casa, Minha Vida – aqui tem empresários da construção civil e tem o presidente do Sinduscon –, o primeiro setor a ser consultado foram os empresários, o primeiro setor. E o que eu ouvi, na época, da Ministra-Chefe da Casa Civil, em resposta à reunião que ela teve com os empresários? “Presidente, eles disseram que eles podem fazer 200 mil casas”. Eu falei: mas 200 mil casas não é um grande programa, isso até os meus adversários fazem. Eu quero é fazer mais, eu quero é fazer mais. Aí, fomos falar com o meu companheiro Guido Mantega, ministro da Fazenda, eu falei: Guido, nós queremos fazer um programa habitacional e nós precisamos privilegiar o pessoal de zero a três [salários mínimos], vai ter que ter uma ajudazinha, um subsidiozinho, como é que a gente faz? “Ah, eu acho que dá para fazer 500 mil casas”. Eu falei: Guido, 500 mil casas não é um grande projeto. Nós precisamos fazer mais, Guido. Bem, aí, ô Temporão, tivemos a ideia de fazer 1 milhão de casas. A primeira coisa que nós descobrimos, na primeira reunião com a Caixa Econômica Federal, era que como a Caixa Econômica tinha perdido a prática de fazer essas coisas, porque tinha entrado em uma rotina... sabe a rotina da normalidade, de quem faz o que pode e não o



que precisa? É verdade. A Caixa tinha uma quantidade de penduricalho, era uma dificuldade tão grande, que chegava a cobrar seguro de uma casa que, às vezes, a prestação era mais cara do que o aluguel que o cara pagava da casa. Na época, eu lembro que eu falei com vocês que eu recebi um telefonema: “Eu pago R\$ 85,00 de seguro e pago 70 de aluguel... de prestação”. Aí eu perguntei para a minha querida companheira Maria Fernanda: Quantas pessoas morrem antes de fazer... de pagarem o financiamento?. “Ah, é quase ninguém, Presidente”. Eu falei: Então para que cobrar seguro? A gente devolve no final do pagamento, se não morreu?. “Não, não devolve”. Então, a gente foi criando um monte de taxas, um monte de coisas que era... momentos em que a Caixa, todo dia, era denunciada que era deficitária... Foram tempos difíceis que a Caixa viveu, também, porque as pessoas não queriam banco público. As pessoas queriam privatizar a Caixa, privatizar o Banco do Brasil, o BNDES, a Petrobras, e daí para a frente.

Nós, então, fizemos uma série de... foram umas 15 discussões, com todo mundo, com todo mundo, tinha mais de dez ministros, toda a Caixa, e nós bolamos um modelo de construir casa para as pessoas que ganham até 03 [salários mínimos]... o cara vai pagar hoje quanto? Cinquenta reais? Cinquenta reais. E aí, sabe o que disseram? - Olha... o pessoal nosso mesmo atrapalhando eu falar. Ô Eva, vai lá dizer...

Bem, e aí uma discussão que a gente teve quando, quando “Ah, vamos dar um dinheiro para o movimento social fazer casas”. O primeiro argumento: “Ah, mas eles não estão preparados, vai ser difícil. Eles falaram que vão fazer dez, mas vão fazer uma”. É verdade que tinha... é verdade que entre a gente ter vontade de fazer e fazer, tem todo um processo de aprendizado. Então, nesse processo, a Caixa aprendeu muito, o governo aprendeu. A Caixa aprendeu tanto, que quando nós começamos o Minha Casa, Minha Vida, a primeira coisa foi os engenheiros entrarem em greve. Na primeira sensação de oferecer trabalho para eles, eles entraram em greve. Então, a Caixa aprendeu,



o governo aprendeu, o ministro da Fazenda aprendeu, o ministro do Planejamento aprendeu, e o movimento social aprendeu, e os empresários aprenderam, e os prefeitos e governadores aprenderam. Nós temos uma cota igual para todos os estados, proporcional ao número de habitantes. Agora nós estamos ajudando mais e dando um apoio maior pela competência: o governador e o prefeito que fizeram mais têm direito a mais casas para eles fazerem, do PAC... do Minha Casa, Minha Vida 1. E assim, assim vale para outras coisas, vale para outras coisas em todas as áreas.

Então, nós vamos deixar aqui um legado, que é uma nova geração que voltou a ter, no Estado, algo indutor, promotor e fiscalizador do modelo de desenvolvimento do Brasil. Isso é sagrado. Porque tinha prefeito que entrava, no mandato inteiro não fazia um metro de buraco para colocar uma manilha, drenagem era proibido falar neste país, e a geração que governou este país entre a década de 60 e a década 70 ou a década de 80, tem muita responsabilidade pelas palafitas criadas neste país, pelas ocupações desordenadas na beira de córrego. Porque quando tem um caso e a gente começa a resolver, é um problema habitacional, mas quando deixa juntar 20 mil é um problema social de magnitude que a gente não sabe o que vai acontecer.

Houve um momento em que, como o país não crescia, não gerava emprego, não gerava oportunidade, na medida em que as cidades iam ficando mais altas porque os ricos iam comprando cada vez mais apartamentos maiores porque precisavam de mais segurança, o asfalto ia chegando, os pobres iam sendo afugentados para a periferia. A cada metro de asfalto era um metro que o pobre ia sendo afugentado, sendo afugentado, ocupando mangue. Quando o mangue estava bem ocupado, bem aterrado, aí chegava uma empresa, dessas imobiliárias, ia para cima, comprava briga, pegava um advogado, às vezes arrumava até registro ilegal daquela propriedade, colocava... era verdade, era... este país era terra de ninguém.



Nós não fizemos tudo ainda e nem seria possível, nós não fizemos tudo ainda e não seria possível. Mas a verdade é que nós estamos mostrando que tem um jeito de fazer as coisas, tem um jeito, e basta querer fazer as coisas que a gente fez. Hoje o Brasil tem projetos, hoje o Brasil tem dinheiro, hoje o Brasil tem gente que sabe gerenciar, tem gente que sabe fiscalizar e tem gente que sabe executar. Esse é um legado que a gente vai deixar para este país, e eu não tenho dúvida nenhuma de que o país vai andar cada vez mais rápido.

Hoje, com o aprendizado que nós tivemos... Ainda faltam muitas coisas para serem resolvidas: marco regulatório para a questão ambiental... Nós precisamos ter tempo para as pessoas fazerem as coisas, porque não tem tempo. Às vezes, tem uma obra que para um ano e meio, dois anos, três anos. Nós precisamos mudar a Lei de Licitação, não é possível ela continuar do jeito que está. Eu... Às vezes, uma empresa perde uma licitação, entra na Justiça e fica três anos segurando a obra, e ninguém, e ninguém assume a responsabilidade pelo prejuízo que o país está tendo. Às vezes, é o Ministério Público que levanta suspeita sobre uma coisa, e quando sai uma notinha no jornal, a primeira coisa que faz é parar a obra, porque todo mundo tem medo. O funcionário público sabe que se o nome dele aparecer no jornal e o Ministério Público for atrás, ele vai ter seus bens disponibilizados e ele que vai ter que contratar advogado, ele vai ter que pagar do seu salário. Então, é assim, é uma coisa maluca que criamos no país.

Aqui no Canal do São Francisco, eu já contei isso muitas vezes – o Stuckinha já está cansado de gravar aí –, mas eu não contei para vocês ainda, da imprensa. Aqui, um dia, numa conversa, um general responsável por um trecho da obra viu uma pedra e falou: “Nossa, parece uma machadinha indígena”. Tinha uma antropóloga, já cercou a área, seis meses parou a obra, seis meses. Ora, que desconfie, que vá lá, faça o levantamento, mas deixe a obra trabalhando. Quem é que paga o prejuízo de uma obra parada seis meses? Quantas vezes o metrô, aqui, foi parado? Uma vez pararam o metrô de



Fortaleza seis meses: “sobrepço”. Aí, depois: “Ah, não tinha sobrepço”. Aí volta a fazer. Mas quem paga esses malditos seis meses que a obra ficou parada? Qual é o custo disso para a nação? Aí dizem que o custo-Brasil é o salário do peão: “Ah, o trabalhador ganha muito, tem férias, tem até décimo-terceiro. O custo-Brasil é...”

Então, eu acho que nós conseguimos fazer o Brasil se enxergar por dentro. Eu, eu estou convencido de que não tem retorno. Estou convencido de que daqui para a frente o Brasil vai, cada vez mais, dar passos mais importantes, dar passos mais largos e fazer mais coisas, porque nós aprendemos. Aprendemos, e acho que o empresariado aprendeu muito, o governo aprendeu muito, os sindicalistas aprenderam muito, acho que... A imprensa vai precisar aprender um pouco ainda, porque eu nunca vi gostar tanto de notícia ruim. Parece que notícia boa... é impressionante! Mas, de qualquer forma, de qualquer forma, acho que o mundo sabe o que está acontecendo no Brasil.

Então, eu vim aqui a Salvador anunciar investimentos da ordem de R\$ 627 milhões. Não sei se foi todo ou se foi só... porque o Paulinho é pequeno, mas falou, aqui, grosso. Aqui surgiu uma baianidade que ele não tinha mostrado até então, a pernambucanidade dele, não tinha... aqui o “bicho” falou grande e ainda provocou os torcedores do Bahia: “Sou Vitória e não tem para ninguém”. Meus parabéns, Paulinho. Parabéns.

Eu só quero, Paulo (incompreensível), quero pedir para você o seguinte: essa ferrovia, nós temos que vir dar início de obra dela antes de eu deixar o meu mandato. Porque é importante ficar de olho: tem gente contra, tem gente contra porque tem gente que não quer o porto em Ilhéus. Ora, se não tiver o porto, para que a ferrovia? Eu não posso trazer um trem cheio de carga aqui e voltar com ela. Isso não é, não é uma linha de folguedo, isso é um negócio para desenvolver o país. Mas tem gente, tem gente que tem, acho que terras aí, e fala: “Ah, um porto vai atrapalhar a visão do paraíso que eu tenho”. Vocês



sabem de quem eu estou falando.

Então, tratem de ajudar a gente a fazer esse porto, porque o porto é a razão para a gente poder trazer... Nós não vamos começar se não tiver a decisão do porto e a decisão da ferrovia junto. Eu não vou fazer como em São Bernardo. Uma vez desapropriaram o prédio do sindicato onde eu fui presidente, fizeram um viaduto e passaram oito anos para descobrir para que servia o viaduto. Eu não posso fazer uma ferrovia se não tiver o porto do lado. Então... Ô Paulinho, então o negócio da caverna tem que resolver antes, Paulinho. Você tem que sentar com a Ministra do Meio Ambiente, que diz que tem uma caverna que [onde] o trem vai passar. Nós, obviamente que não podemos ver o trem desembocar na caverna. Então, trate de resolver isso, Paulinho, para a gente não começar a fazer a obra e depois parar a obra porque tem problema.

Dito isso, companheiros, eu quero me despedir. Está terminando o meu ato institucional, acabou. Eu vou picar o meu cartão, aqui, de Presidente: pá, piquei o cartão. Agora quem quiser ir comigo à Praça Castro Alves, podemos ir.

(\$211A)